

Solução de **DIVERGÊNCIA Nº 11** e a polêmica quanto à sua aplicação

Parte I

São intensas as discussões entre os profissionais da área jurídica e da área contábil quanto à aplicação da Solução de Divergência nº 11, publicada pela Secretaria da Receita Federal em 21 de julho passado, consignando que “A prestação de serviços de clínica médica de ortopedia e traumatologia, bem assim, a prestação de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica (exames radiológicos), por se enquadrarem dentre as atividades compreendidas nas atribuições de atendimento a pacientes internos e externos em ações de apoio direto ao reconhecimento e recuperação do estado da saúde, poderão ser enquadradas como serviços hospitalares, podendo ser aplicado às referidas atividades o percentual de 8% (oito por cento), para fins de determinação do lucro presumido.”

O preceito vem sendo interpretado das mais diferentes maneiras. As abordagens iniciais sobre o tema discorreram sobre a sua imediata aplicação e sobre a possibilidade de compensação dos valores pagos nos anos antecedentes. Com a intensificação das discussões, questões a cerca do conceito de “serviços hospitalares” e a menção da Instrução Normativa nº 306 no rodapé da Solução de Divergência passaram também a ser objeto de estudo.

Assim, o presente trabalho se presta a orientar os contribuintes, de forma concisa, quanto à correta aplicação da Solução de Divergência nº 11, abordando, em tópicos, os seguintes assuntos: i. A possibilidade de imediata apuração da base de cálculo do IRPJ – lucro presumido com a aplicação de percentual de 8%; ii. A necessidade de decisão judicial para que se proceda a compensação dos valores recolhidos nos últimos dez anos; iii. Quem poderá utilizar-se da redução, considerando a abrangência do conceito de “serviços hospitalares” determinada pela SRF; e, iv. Conclusão.

Passemos, então, aos temas.

I. A possibilidade de imediata apuração da base de cálculo do IRPJ – lucro presumido com a aplicação de percentual de 8%.

A Solução de Divergência é ato específico da Cosit – Coordenação Geral de Tributação e tem por escopo orientar o contribuinte a cerca do entendimento da Secretaria da Receita Federal sobre temas que foram objeto de consulta por contribuintes. Resulta, na maioria das vezes, de Soluções de Consultas com diferentes posicionamentos sobre um mesmo preceito legal.